

Afretamento ou unidades próprias? A importância de retomar o papel estratégico da Petrobrás no desenvolvimento do Brasil

 rosangelabuzanelli.com.br/afretamento-ou-unidades-proprias-a-importancia-de-retomar-o-papel-estrategico-da-petrobras-no-desenvolvimento-do-brasil/

14 de setembro de 2023

O custo do petróleo e gás que são extraídos nas plataformas operadas pela própria Petrobrás, na Bacia de Campos, é mais baixo do que o da maioria das unidades afretadas, cujos serviços são terceirizados pela companhia. A informação faz parte de um levantamento realizado pelo Dieese e sua conclusão é que o afretamento não se justifica, nem mesmo sob o ponto de vista meramente econômico.

O levantamento foi solicitado pelo Sindipetro Norte Fluminense e comparou os gastos de produção nas plataformas próprias e contratadas no primeiro semestre deste ano. As unidades terceirizadas apresentaram custo maior do que o da Petrobrás em dois de três níveis de profundidade das áreas de exploração e custo igual em um terceiro nível.

O Dieese constatou que o custo médio de extração de cada barril de óleo equivalente (boe) em águas rasas foi o mesmo, de US\$ 15,21, tanto nas plataformas próprias da companhia quanto nas terceirizadas. Quando avaliado o pós-sal profundo e ultra profundo, o gasto das unidades contratadas é 14,46% mais caro. O boe extraído pela Petrobrás custa US\$ 12,93 e nas afretadas o valor sobe para US\$ 14,80.

A diferença ganha proporção muito relevante nas reservas do pré-sal. Enquanto na operação própria da companhia o custo é de US\$ 3,72 por barril, nas plataformas afretadas é de US\$ 5,66, um aumento de mais de 52%.

Esses dados nos fazem refletir sobre a propalada economicidade da terceirização via afretamento. Mas essa questão vai muito além do fator econômico, como destacou o sindicato. É um tema que envolve geração e qualidade de emprego, desenvolvimento econômico e soberania nacional.

Durante muitos anos a Petrobrás manteve suas plataformas próprias, com seus trabalhadores bem treinados e preparados para operar com técnica, segurança e respeito ao meio ambiente em alto mar. As políticas de conteúdo local foram implementadas e incrementadas, gerando milhões de empregos e desenvolvendo a engenharia e indústria nacionais.

Com a operação Lava Jato, já pública e fartamente desmistificada, a situação mudou brutalmente. As empresas foram punidas e, com elas, seus trabalhadores, desempregando mais de 4 milhões de pessoas, destruindo a engenharia e indústria pesada. E esse cenário se aprofundou nos governos pós golpe.

No mês passado, a Petrobrás lançou um edital de afretamento de plataforma FPSO para revitalização dos campos de Barracuda e Caratinga, estabelecendo apenas 10% de conteúdo local e sem obrigatoriedade de cumprimento da determinação. Ou seja, o mesmo que conteúdo zero!

Ainda que esse campo esteja no contexto da rodada zero de licitações e não haja obrigação de conteúdo local, realmente devemos nos limitar a isso?

O Brasil tem pressa. Aprovamos outro projeto de país e “a chave precisa virar” em todas as instâncias governamentais que regulam esse setor, retomando as políticas de conteúdo local. A Petrobrás e sua nova gestão não podem e não devem se limitar ao mínimo. Precisamos arrojado e implementar o máximo possível dessas políticas para reconstruirmos a Petrobrás e o Brasil. A parca exigência vigente não pode ser a desculpa para não avançarmos, muito menos para nos limitarmos ao mínimo ou zero.

Precisamos rever as estratégias de priorizar o afretamento das unidades marítimas, sejam de produção ou de apoio, bem como de construí-las majoritariamente fora do Brasil, gerando empregos em outros países. Podemos e devemos fazer muito mais.